

Capítulo 14 - DOI:10.55232/10830012.14

**BARREIRAS ESTRUTURAIS PARA A PRÁTICA DE
EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR: BUSCA PELA
ACESSIBILIDADE**

**Cláudia Barsand de Leucas, Ana Luiza Solano Nominato e Mariana
Bawden Diniz**

RESUMO: Este trabalho procurou investigar as condições de acessibilidade de escolas públicas na cidade de Belo Horizonte, para o efetivo acesso e permanência de alunos com deficiência físico-motora nos diferentes espaços escolares onde as aulas e demais atividades de Educação Física são realizadas. Duas das autoras participaram do PIBID (Programa de Iniciação à Docência) por meio da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas). Uma delas fez parte do programa oficialmente e a outra como voluntária, e a partir desse contato viu-se a necessidade de retribuir as colaborações obtidas durante o programa retornando às escolas onde a Educação Física era contemplada, e, através de uma pesquisa com caráter exploratório observar se existem adequações estruturais nas escolas estudadas. Pretendeu-se, assim, contribuir para a realização de possíveis adequações na infraestrutura das mesmas de acordo com as leis de inclusão brasileiras e do manual de acessibilidade para escolas, limitado a observação à chegada e permanência dos alunos no local onde a Educação Física é cotidianamente realizada. Para este estudo foi feito um recorte do Trabalho de Conclusão de Curso apresentado por duas das autoras para obtenção de título de Licenciatura em Educação Física da PUC Minas. A amostra foi composta de três escolas de Belo Horizonte, sendo duas estaduais e uma municipal, possibilitando perceber que em nenhuma delas existiam adaptações completamente satisfatórias. Ficou evidente nesta pesquisa a necessidade de repensar todos os espaços escolares, não só as vias de ligação como as rampas, mas também, os banheiros, bebedouros e espaços nas arquibancadas, para que todos os alunos, sejam com deficiência ou não, tenham seus direitos efetivados.

Palavras-Chave: Acessibilidade, Educação Física, Inclusão, Pessoa com deficiência.

Palavras-chave: ACESSIBILIDADE, EDUCAÇÃO FÍSICA, INCLUSÃO, PESSOA COM DEFICIÊNCIA

INTRODUÇÃO

Este trabalho procurou investigar as condições de acessibilidade de escolas públicas na cidade de Belo Horizonte para o efetivo acesso e permanência de alunos com deficiência físico-motora nos diferentes espaços dessas escolas onde as aulas e demais atividades, da disciplina de Educação Física são realizadas.

Durante os estágios curriculares em Educação Física realizados em instituições de ensino públicas e particulares de Belo Horizonte, foi percebido que nas escolas ocorreram adequações no espaço estrutural ao longo do tempo. Em algumas, rampas foram construídas assim como também corrimões duplos, portas acessíveis, elevadores e pisos táteis instalados. Porém, tal percepção gerou os seguintes questionamentos: qual realmente foi o intuito ao repensar a estrutura física escolar? Teria sido uma preocupação com os alunos e a necessidade de uma efetiva acessibilidade ou apenas um cumprimento da lei, para que eventuais multas não fossem aplicadas?

Tendo em vista que existe uma população de educandos que necessita de espaços que promovam a plena locomoção nas escolas do ensino regular, principalmente para que tenham livre acesso às áreas onde são praticadas as aulas de educação física, e, devido aos escassos estudos sobre a temática, que se trata de um direito constitucional da pessoa com deficiência, o objetivo desta pesquisa é observar se escolas públicas de Belo Horizonte têm em sua infra-estrutura as adaptações necessárias para que os alunos com deficiência física motora tenham um acesso adequado aos espaços escolares, com ênfase nos locais onde são realizadas as aulas de Educação Física. Para este estudo, foi selecionada uma amostra de três escolas, que entre os anos de 2016 e 2017 receberam o Programa Institucional de Iniciação a Docência (PIBID).

O trabalho busca além de diagnosticar a efetividade da lei de acessibilidade ao espaço escolar, após a conclusão de toda a pesquisa, dialogar com as escolas sobre os seus resultados, podendo possibilitar a implementação de mudanças que melhor se adéquem às necessidades de todos seus alunos.

Referencial teórico

Para melhor compreensão acerca do tema acessibilidade inclusiva nas escolas, esta revisão buscará trazer, a partir de uma evolução cronológica, documentos Estaduais e estudos científicos que vieram propondo readequações aos espaços escolares, vista a necessidade de torná-los a cada dia mais democráticos e inclusivos.

1.0 Educação Inclusiva.

Para a autora Antonia Nakayama a educação inclusiva é compreendida em um conjunto de 9 princípios, entre eles está o da acessibilidade, definido por: Condição para a utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços (NAKAYAMA 2007 p. 116), isto é, a acessibilidade estrutural é a adequação do espaço à todos os alunos, sejam eles com ou sem deficiência, procurando sempre atender às suas limitações, favorecendo seu acesso a todo o espaço escolar com qualidade, facilidade, autonomia e segurança.

Desde que a educação inclusiva começou a ganhar espaço na escola, ela vem sofrendo grandes alterações sejam quanto ao seu entendimento, ou a sua aplicabilidade no espaço estrutural. Báfica (2012) explica que a educação inclusiva só começou a ser discutida quando os alunos com deficiência e seus familiares passaram a lutar por ela, a partir disto, após a década de 1990 passou-se a entender que a educação é um direito de todos, independentemente das limitações físicas, motoras, intelectuais ou múltiplas que a pessoa possa ter.

1.1 Conceitos relevantes

Mártin et al (2004 p. 13) conceituam deficiência como: Anomalia da estrutura corporal e da aparência, com perda ou anormalidade da função de algum órgão ou sistema, qualquer que seja sua causa.

Conceituam ainda incapacidade: Reflete a consequência da deficiência do ponto de vista do rendimento funcional e da atividade do indivíduo. As incapacidades representam os distúrbios no nível da pessoa. (MARTIN et al 2004 p.13). Em qualquer dessas etapas pode ocorrer uma alteração, originando assim, diferentes problemas motores. (MARTIN et al 2004 p.14)

Segundo Glat (2007 p. 141)

É denominada deficiência física a perda ou redução da capacidade de movimento de qualquer parte do corpo. Indivíduos amputados, com hemiplegia (dificuldades motoras em um dos lados do corpo) ou usuários de cadeiras de rodas são exemplos de sujeitos com deficiência física (...) A redução da função motora também pode acometer o indivíduo tardiamente, como consequência de acidentes ou de doenças crônicas ou degenerativas.

Os principais quadros motores possivelmente encontrados nas escolas são: mal formações congênitas, afecções congênitas sistêmicas ou generalizadas do esqueleto, osteocondrose, afecções articulares e neuromusculares e neurológicas. (MARTIN et al 2004 p.16-17)

Segundo Silva (2014 p. 41) a inclusão:

Pode ser entendida como a inserção de pessoas que em decorrência de fatores biológicos ou socioculturais se encontram em condição de deficiência e fora de padrões (físicos, motores, fisiológicos, intelectuais, sociais e/ou afetivos) estipulados culturalmente por grupos sociais hegemônicos como ‘normais’, nos diferentes contextos de convívio social.

1.2 Evolução cronológica da legislação sobre educação inclusiva.

Desde a constituição brasileira de 1988, que estabelece a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade ou quaisquer outras formas de discriminação, podemos perceber um avanço do país em relação à inclusão de pessoas com deficiência. A Constituição define ainda, no artigo 205, a educação como um direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa. O artigo 206, inciso I, estabelece a igualdade de condições de acesso e permanência na escola como um dos princípios para o ensino e garante como dever do Estado, a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino. (BRASIL, 1988)¹.

Entre leis nacionais e acordos internacionais dos quais o Brasil é signatário, podemos destacar alguns passos dados pelo país em direção à inclusão de pessoas com deficiência, e em especial a inclusão escolar.

Em 1989 foi divulgada a Lei n° 7.853/89, que dispõe sobre o apoio às pessoas com deficiência e sua integração social. Define como crime recusar, suspender, adiar, cancelar ou extinguir a matrícula de um estudante por causa de sua deficiência, em qualquer curso ou nível de ensino, seja ele público ou privado. A pena para o infrator pode variar de um a quatro anos de prisão, mais multa. (BRASIL, 1989)

O Estatuto da criança e do adolescente (Lei n° 8.069/90) veio reforçar os dispositivos legais, determinando em seu artigo 55, que os pais ou responsáveis têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino (BRASIL, 1990)¹. No mesmo ano, 1990, documentos internacionais passam a influenciar a formulação das políticas públicas da educação inclusiva, o que pode ser constatado na Declaração Mundial de Educação para Todos (BRASIL 1990²).

Em 1994 foi divulgada a Declaração de Salamanca, que trata dos princípios, política e práticas na área das Necessidades Educativas Especiais, mostrando a obrigatoriedade do ensino de crianças com deficiência no ensino regular.

Em 2001, foram dados três passos relacionados à inclusão escolar, sendo eles, o Plano Nacional de Educação – PNE n°10.172/2001, destacando que, o grande avanço que a educação deveria produzir nesta década seria a construção de uma escola inclusiva que garanta o atendimento à diversidade humana (BRASIL,2001¹). A Convenção de Guatemala (1999), promulgada no Brasil pelo Decreto n° 3.956/2001, que afirma que as pessoas com deficiência têm os mesmos direitos humanos e liberdades fundamentais que as demais pessoas (BRASIL,2001²). O mesmo documento define também como discriminação com base na deficiência toda diferenciação ou exclusão que possa impedir ou anular o exercício dos direitos humanos e de suas liberdades fundamentais.

Foram criadas também as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (Resolução CNE/CEB n° 2/2001), determinando que os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizarem-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, o que contempla, portanto, o atendimento educacional especializado complementar ou suplementar à escolarização. Porém, acreditamos que ao admitir a possibilidade de substituir o ensino

regular, é dado na verdade um passo contrário, pois essa substituição acaba por não potencializar a educação inclusiva prevista no artigo 2º da constituição brasileira.

1.3 Acessibilidade nas escolas.

Na cartilha de Acesso de alunos com deficiência às Escolas e Classes Comuns da Rede Regular, o Ministério Público Federal divulgou em 2004 o documento com o objetivo de disseminar os conceitos e diretrizes mundiais para a inclusão. No mesmo ano, o Decreto nº 5.296/04 regulamentou as leis nº 10.048/00 e nº 10.098/00, estabelecendo normas e critérios para a promoção da acessibilidade às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida (implementação do Programa Brasil Acessível) (BRASIL, 2004).

O Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE – em 2007 trata da acessibilidade arquitetônica dos prédios escolares, da implantação de salas de recursos multifuncionais e da formação docente para o atendimento educacional especializado. Também em 2007 o Decreto nº 6.094/07 estabelece dentre as diretrizes do Compromisso Todos pela Educação, a garantia do acesso e permanência no ensino regular e o atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos, fortalecendo a inclusão educacional nas escolas públicas (BRASIL, 2007).

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (lei número 13.146, de 6 de julho de 2015), em seu capítulo IV, artigo 27, institui que a educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurando sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem. (BRASIL, 2015).

Dispõe ainda em seu artigo 28, inciso II, do aprimoramento dos sistemas educacionais, visando a garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena. (BRASIL, 2015).

Após a divulgação da lei de diretrizes e bases de 1996, as instituições de ensino passam a ser obrigadas a cumprir novas exigências curriculares e estruturais, destacando ainda mais às necessidades de alunos com deficiência.

Segundo Mandarino (2013) o espaço escolar ainda se remete muito a uma exclusividade às pessoas “normais”, característica essa, que pode ser revertida a partir de mudanças estruturais, capazes de proporcionar ao aluno segurança, conforto e sentimento de inclusão, sendo ela alcançada somente diante do fato de alunos com deficiência frequentar escolas onde estudaria mesmo sem deficiência.

Alem disso, de acordo com Guerreiro (2012) o direito ao acesso e a educação compartilha do ideal de igualdade de percurso, o que deveria fazer com que um aluno com deficiência tivesse condições de se deslocar nos espaços internos ou externos da escola, com a mesma facilidade dos demais alunos.

Conclui-se que a não utilização dos espaços em condições igualitárias às dos demais alunos cria uma barreira nos relacionamentos, o que pode chegar a ser um obstáculo maior que a deficiência física. (Cohen e Duarte 2006).

1.4 Objetivos da educação física escolar.

A lei número 7.853/89 prevê a inclusão de alunos com deficiência no Ensino Regular, e para que isto se concretize é necessária uma boa manutenção das estruturas física e pedagógica nas escolas, uma boa elaboração dos projetos educacionais e a adaptação do currículo de modo que atenda a todos, incluindo a área da Educação Física, que colabora para a integração e socialização dos alunos com deficiência, além de auxiliar no desenvolvimento da autonomia e consciência corporal, isso é, ser o espaço escolar um lugar capaz de cumprir seu papel sociocultural, democrático e inclusivo. (BRASIL, 1999).

Conjuntamente ao entendimento da legislação Brasileira em relação à inclusão, alguns autores defendem os benefícios que a disciplina de Educação Física traz para alunos deficientes inseridos no ensino regular.

Segundo Rodrigues e Bracht (2010), a Educação Física numa perspectiva geral, é considerada uma disciplina que desenvolve habilidades físicas, cognitivas e sociais, promovendo no ser humano uma educação integral. É através do desenvolvimento dessas habilidades que o ser humano torna-se pensante e crítico. Ainda segundo Rodrigues e Bracht (2010), é por meio das práticas corporais que o ser humano desenvolve valores que orientam gostos e preferências, que junto ao entendimento racional determinam a relação dos indivíduos com o mundo. Sendo assim, a Educação Física é de grande importância no currículo escolar, pois possibilita que os alunos

vivenciem as próprias ações corporais, conhecendo os limites do próprio corpo e promovendo o trabalho individual e coletivo na hora de excitar-se. Esta disciplina é um direito de todos os alunos, não diferenciando cor, idade, classe social, etnia ou sexo. Nenhum aluno deve ser excluído das aulas de Educação Física por ter uma deficiência

Como salientam Betti e Zuliani (2002, p.75), a Educação Física deve assumir a tarefa de:

Introduzir e integrar o aluno na cultura corporal do movimento, formando o cidadão que vai produzi-la, reproduzi-la e transformá-la, instrumentalizando-o para usufruir do jogo, do esporte, das atividades rítmicas e dança, das ginásticas e práticas de aptidão física, em benefício da qualidade de vida. (BETTI e ZULIANI 2002 p. 75)

Dessa forma, o modo como a prática corporal é trabalhado na escola regular deve ser contextualizado e reinventado, de modo a garantir a igualdade de oportunidades de participação a todos os estudantes (Martins, 2012). Torna-se imprescindível que os diversos conteúdos contemplados nas aulas de Educação Física (jogos e brincadeiras, lutas, ginástica, dança, esportes e esporte de aventura) auxiliem na melhora da qualidade de vida desses alunos.

A partir disto, entendemos que, os benefícios que a disciplina trás podem favorecer o desenvolvimento da consciência corporal, das capacidades e habilidades de cada aluno. Psicologicamente, há a diminuição da ansiedade e sintomas depressivos e melhora da autoestima.

METODOLOGIA

O presente estudo buscou realizar uma pesquisa de caráter exploratório, procurando observar sobre acessibilidade nas escolas escolhidas, analisando a conformidade destas instituições com as normativas de inclusão das Pessoas com Deficiência. Esta pesquisa teve um caráter qualitativo, sendo observadas as adaptações existentes nos espaços de locomoção das escolas assim como o acesso às áreas onde as aulas de Educação Física são realizadas e as condições para que estes alunos possam se manter neste local durante a realização das atividades.

As observações de campo foram de caráter sistemático, que segundo Cervo et al (2007) caracterizam-se pela estruturação, planejamento e anotações ou à utilização de outros recursos de registro. Foram escolhidos a fotografia e roteiro de observação como forma de análise dos espaços. Junto a isto, os dados colhidos foram analisados a partir do referencial teórico desse trabalho, especialmente no que diz a respeito à legislação brasileira. A averiguação das conclusões possibilitou uma percepção do atendimento às necessidades individuais e coletivas observadas durante a pesquisa, salientando a necessidade de adaptações estruturais para o efetivo atendimento ao público necessitado destas.

Para selecionar as escolas participantes dessa pesquisa, foram utilizados os seguintes critérios: Escolas da região metropolitana de Belo Horizonte que tenham participado do PIBID (Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência) em parceria com a PUC Minas, na área de Educação Física entre os anos 2016 e 2017. A partir desses critérios foram selecionadas três escolas, representadas no presente texto como escola A, escola B e escola C.

A escola A, está localizada na região oeste de Belo Horizonte, conta com aproximadamente 1500 alunos distribuídos entre 6º ano do ensino fundamental a 3º ano do ensino médio, distribuídos em três turnos, a escola possui, ainda, um grupo de EJA (Educação de Jovens e adultos). É uma escola Estadual que foi construída inicialmente para ser um presídio feminino no ano de 1953, mas visto o crescimento populacional da região, e a necessidade de se instalar um espaço escolar no local, no ano de 1973 o local passou por algumas reformas estruturais que o transformasse ser um prédio escolar, perpetuando até a atualidade com seu nome atual (DEUS et al 2015).

Na escola existem alguns alunos com deficiência, mas não se tem um número preciso da quantidade de alunos com deficiência física motora, estimando-se que sejam entre 5 a 10 alunos.

A escola B é uma escola municipal localizada na regional Norte e atende ao público de toda esta região, desde o ensino infantil até o fundamental. Dentre os alunos, 44 apresentam algum tipo de deficiência. A escola ocupa uma área de aproximadamente 26.000 m² e foi inaugurada no dia 10 de dezembro de 1972. Inicialmente foi construída para atender a uma demanda vinda para o ensino profissionalizante nas áreas de práticas industriais, agrícolas, comerciais e do lar. Ao longo de mais de 46 anos de construção a

escola já passou por muitas obras, visando sempre sua ampliação, utilização dos espaços disponíveis e melhoria para acessibilidade de todos.

Há oito anos a escola aguarda o início das obras que foram aprovadas pelo projeto do orçamento participativo para total adaptação dos espaços, onde serão construídas mais rampas e será instalado um elevador para acesso ao ginásio. Existe o AEE (Atendimento educacional especializado), que é constituído por professores especializados nas diversas deficiências e atuam em conjunto com a sala de aula promovendo uma acessibilidade do aluno aos conteúdos das disciplinas. São desenvolvidos métodos/materiais para auxílio da apreensão e prática dos conteúdos.

A escola C localiza-se no bairro Padre Eustáquio em Belo Horizonte e foi idealizada pelo reverendo Padre Eustáquio Van Lieshout e construída pelo Padre Domingos. Nos seus anos iniciais a escola contava com apenas doze professores e aproximadamente 400 alunos. Atualmente a escola conta com 21 professores efetivos, 13 designados, 4 professores de aulas especializadas, 2 bibliotecários, 1 secretário, 1 diretor e 2 vice diretores. O público atendido, em sua maioria, reside nas imediações da escola, pertencem a classe média e média baixa e se declaram católicos. Desde a construção o espaço não sofreu obras significativas em sua estrutura, todavia, já foi aprovado o projeto de adequação para que seja acessível à locomoção de alunos com deficiência.

DESENVOLVIMENTO

Escola A

Existem quatro espaço para as aulas de educação física, sendo eles: ginásio, quadra descoberta, quadra de voleibol e área do estacionamento. O acesso a estes locais sofreu várias reformas ao longo de sua história. A construção do ginásio foi a última reforma realizada que, embora atual, deixa a desejar em quesitos como: desníveis ao longo da rampa de acesso, que deveriam ser nivelados com pisos antiderrapantes e sem buracos; na quadra de voleibol, não há como entrar uma cadeira de rodas, fazendo com que os alunos possam apenas observar o que esta acontecendo nesse espaço; ao final da rampa, logo na entrada para o ginásio, o piso que deveria ser

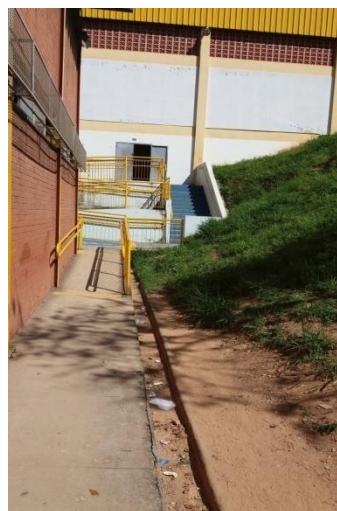
totalmente nivelado não é; o banheiro, embora adaptado, não possui maçanetas adaptadas, que deveriam possibilitar o manuseio por pessoas com mobilidade reduzida nas mãos; o bebedouro é adaptado e pode ser utilizado sem dificuldades pelos alunos com deficiência; não existem equipamentos como cesta de basquete, redes de voleibol ou outros, que se adéquem às necessidades dos alunos com deficiência; na arquibancada da quadra o local destinado à cadeira de rodas tem a visão obstruída pela presença de uma grade de proteção que está fora dos padrões estabelecidos no manual de acessibilidade espacial para escolas.



Escola B

As aulas de educação física acontecem rotineiramente nas duas quadras e nos dois ginásios da escola. Além disso, os professores contam com o espaço das salas de dança e artes para desenvolver suas atividades. Em torno desses espaços existem rampas de acesso descobertas, bebedouros não adaptados e um banheiro destinado ao público com deficiência físico motora, porém, não é adaptado, obrigando os alunos que dele necessitam a usar um banheiro comum, situado em uma distância maior. Dentro do ginásio mais recentemente construído, existem rampas para a alocação de cadeiras de

rodas na arquibancada e um bebedouro com uma estrutura ao seu redor que impossibilita a utilização por alunos cadeirantes.



Anexo 1 – Rampa de acesso ao ginásio novo. Anexo 2 – Rampa de acesso ao ginásio novo.



Como mostrado nos anexos acima, a rampa de acesso para o ginásio novo não possui piso antiderrapante e apresenta alguns desníveis, o que está em desacordo com o manual de acessibilidade espacial para escolas que traz as seguintes recomendações: 1) As escadas e as rampas possuem patamares sem obstáculos a cada mudança de direção. 2) As rampas são largas e possuem pisos antiderrapantes, firmes e nivelados, com inclinação adequada para subir e descer em cadeira de rodas.

Escola C

Não existe qualquer adaptação para acesso aos espaços onde as aulas de educação física são realizadas, sendo estes: Quadra descoberta e pátio coberto. Não há nenhuma adaptação nos banheiros ou bebedouros e a única rampa existente na escola não atende as especificações do manual de acessibilidade espacial para escolas, que diz: As rampas devem ser largas, e possuir pisos antiderrapantes firmes e nivelados, com inclinação adequada para subir e descer com cadeira de rodas. Além disso, a rampa existente não possui corrimão, que deve ser contínuo dos dois lados das escadas e rampas e instalado em duas alturas.





CONCLUSÃO

Todas as escolas observadas estão em desacordo com as adequações existentes no manual de acessibilidade espacial para escolas e com as leis de inclusão Brasileiras. É perceptível que não existe uma real preocupação para que alunos com deficiência tenham acesso aos locais onde as aulas de educação física são realizadas.

As adaptações já realizadas estão obsoletas. Nas escolas A e C existe um planejamento para atualização dos acessos, já na escola B não foi observada a preocupação com a adequação dos acessos aos novos padrões.

A partir das observações descritas, fica clara a necessidade da realização de obras de infra-estrutura que devem ser planejadas em conformidade com o manual de acessibilidade espacial para escolas.

REFERÊNCIAS

- A convenção da ONU sobre os direitos das pessoas com deficiência. Disponível em <<http://www.selursocial.org.br/convencao.html>> consultado em 30 de março de 2017 as 11:07h.
- BRASIL, Brasília, 6 de julho de 2015; Lei nº13.146, de 6 de Julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União; 194 o da Independência e 127 o da República. Leis e documentos. Disponível em <<https://inclusaoja.com.br/legislacao/>> consultado em 30 de março de 2017 as 10:10h.
- BETTI, Mauro; ZULIANI, Luiz Roberto. Educação Física escolar; uma proposta de diretrizes pedagógicas. Revista Mackenzie de Educação Física e esporte. 2002, p. 73-81.
- CONCEIÇÃO, Victor Julierme Santos Da; KRUG, Hugo Norberto; VENSON, Edna.
- DISCHINGER, Marta et al. Manual de acessibilidade espacial para escolas: O direito a escola acessível. Brasília: Ministério da educação, Secretaria de educação espacial. Agosto de 2009.
- Mobilizando saberes docentes na educação física escolar: a construção do conhecimento sobre inclusão, Revista Educação Especial, Santa Maria, v. 26, n. 46, p. 465-484, maio/ago. 2013.
- DA SILVA, Cervo Bervian. Metodologia científica. 6.ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007
- DEUS. Alan Cruz De et al. Leitura dos espaços escolares da escola estadual cândido portinari - uma abordagem geográfica. ENALIC, Belo Horizonte, Abril de 2015.
- NACIF, Marcella Fernandes Paticcié et al. Educação Física Escolar: Percepções do Aluno com Deficiência, Revista Brasileira de Educação Especial, Marília, vol.22 no.1, Jan./Mar. 2016.
- SOUZA, Gisele Cristina de; PICH, Santiago. A reorientação da ação pedagógica na Educação Física sob a perspectiva da inclusão: a pesquisa-ação como caminho. Movimento, Porto Alegre, v. 19, n. 03, p. 149-169, jul/set de 2013.
- MARTINS, Celina Luísa Raimundo. Educação Física Inclusiva: Atitudes dos Docentes.

Movimento. Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 637-657, abr./jun. de 2014.

PALMA, Luciana Erina; LEHNHARD, Greice Rosso, Aulas de Educação Física e inclusão: um estudo de caso com a deficiência física. Revista Educação Especial, Santa Maria, v. 25, n. 42, p. 115-126, jan./abr. 2012.

RODRIGUES, Leonardo Lima; BRACHT, Valter. As culturas da educação física. Revista Brasileira Ciência Esporte, Campinas, v. 32, n. 1, p. 93-107, setembro 2010.

Revista Brasileira Ciência Esporte, Campinas, v. 32, n. 1, p. 93-107, setembro 2010.

COHEN, Regina; DUARTE, Cristiane Rose. Proposta de Metodologia de Avaliação de acessibilidade aos espaços de ensino fundamental. Rev. Caderno do Proarq 10, Programa de Pós Graduação em Arquitetura Faculdade de Arquitetura e Urbanismo UFRJ. 2006 Rio de Janeiro. Disponível em: http://www.proarq.fau.ufrj.br/site/cadernos_proarq/cadernosproarq10.pdf - 16/04/2018.

GLAT, Rosana. Educação inclusiva: Cultura e cotidiano escolar. Rio de Janeiro 2007 p. 141.

MARTIN, Miguel Cardona et al. Incapacidade motora. Orientações para adaptar a escola. São Paulo 2004 p.13-17.

BRASIL. Política Nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva. Brasília, janeiro de 2008 p.15. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf> - 16/04/2018.

BÁFICA, Ana Paula Souza. Educação inclusiva: Uma análise sobre educação escolar. Revista Espaço Acadêmico nº128. p. 93-100 Rio de Janeiro 2012.

NAKAYAMA, Antonia. Educação inclusiva: Princípios e representação. Tese. São Paulo p. 116-117, 2007.